

**Responsabilidade Social:
Na Governação, nas Empresas
e nas Organizações
Não Empresariais**
DO DIAGNÓSTICO À AÇÃO

Responsabilidade Social: Na Governação, nas Empresas e nas Organizações Não Empresariais

DO DIAGNÓSTICO À AÇÃO

Organizadores

Maria João Santos, Fernando Miguel Seabra,
Fátima Jorge, Alice Costa


ALMEDINA

RESPONSABILIDADE SOCIAL: NA GOVERNAÇÃO, NAS EMPRESAS E NAS ORGANIZAÇÕES NÃO EMPRESARIAIS DO DIAGNÓSTICO À AÇÃO

ORGANIZADORES

Maria João Santos, Fernando Miguel Seabra,
Fátima Jorge, Alice Costa

EDITOR

EDIÇÕES ALMEDINA, S.A.

Rua Fernandes Tomás, n.ºs 76-80

3000-167 Coimbra

Tel.: 239 851 904 · Fax: 239 851 901

www.almедina.net · editora@almедina.net

DESIGN DE CAPA

FBA.

PRÉ-IMPRESSÃO

EDIÇÕES ALMEDINA, SA

IMPRESSÃO E ACABAMENTO

Outubro, 2014

DEPÓSITO LEGAL

COPYRIGHT DOS TEXTOS, PERTENCEM AOS RESPECTIVOS AUTORES

Toda a reprodução desta obra, por fotocópia ou outro qualquer processo, sem prévia autorização escrita do Editor, é ilícita e passível de procedimento judicial contra o infrator.



BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL – CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
RESPONSABILIDADE SOCIAL

Responsabilidade social : na governação, nas empresas e nas
organizações não empresariais do diagnóstico à ação / org.

Maria João Santos... [et al.]

ISBN 978-972-40-5328-8

I – SANTOS, Maria João

CDU 005

658

502

174

Organização:



Apoios:



Patrocínios:

Platina



Ouro



Prata



Introdução

Apesar do crescente reconhecimento que a RSO adquiriu a nível internacional e da multiplicação de iniciativas neste âmbito, os seus resultados globais estão muito aquém do expectável, continuando a manter-se de forma persistente muitos dos problemas existentes. Ao nível ambiental, o envolvimento das grandes economias no controlo das emissões de CO₂ e na minimização dos impactes ambientais continua insuficiente. Mantem-se elevada a taxa de desemprego, nomeadamente estrutural, bem como os níveis de pobreza, com custos enormes para o bem-estar dos cidadãos e para o funcionamento das sociedades. Situação que associada a crescentes iniquidades na distribuição de rendimento, persistência de práticas de corrupção e valorização de lógicas de crescimento de curto prazo, colocam em causa, no limite, a própria estabilidade do sistema. Urge por isso contribuir para uma reflexão sobre como a RSO está a ser implementada, pois que os seus efeitos não têm sido globalmente sentidos, e os seus impactes se apresentam bastante limitados.

Sendo certo que houve avanços na difusão e na implementação da RSO ainda existem lacunas por superar. A este propósito importa deixar alguns apontamentos sobre a evolução registada e sobre os hiatos existentes. De entre os avanços registados podem-se salientar alguns aspectos.

1. A RSO tem-se afirmado como um princípio de gestão sistémico, o qual pressupõe a criação de valor numa tripla dimensão: económica, social e ambiental. Fomenta a introdução de um novo modelo gestionário que se pretende mais equilibrado e holístico e que incorpora diversas dimensões, as quais se conjugam em torno do princípio do *triple bottom line* proposto por John Elkington.
2. Apesar de se afirmar como uma estratégia de gestão, a RSO tem vindo a ser crescentemente associada às temáticas da ética. Apesar das múltiplas

concepções existentes sobre o que deve ser a RSO, existe algum consenso quanto ao seu contributo ativo para a obtenção de maiores níveis de desenvolvimento sustentável no longo prazo. Esta dimensão ética da RSO, associada ao cumprimento do desenvolvimento sustentável, tem ganho força enquanto princípio mobilizador da acção em detrimento de uma lógica estritamente assente no *business case*.

3. Enquanto metodologia de intervenção e prática gestionária a RSO tem também evoluído significativamente. Assume-se cada vez mais como prática de gestão que deve estar incorporada em estratégias organizacionais, com programas e linhas de acção claramente estabelecidos e objectivos concretos, constantemente medidos e avaliados. O surgimento de normativos como a ISO 26000, as directrizes de reporte do GRI, a disseminação de boas práticas, o surgimento de *softwares* específicos de apoio à gestão da RSO, a aplicação de ferramentas de planeamento, evidenciam já uma relativa maturidade e consolidação de instrumentos que permitem integrar, de forma consistente, a RS no contexto organizacional.
4. Tem também havido um direccionamento para processos de inovação mais sustentável. A RSO assume-se como elemento importante na reestruturação de processos e no estímulo à inovação sustentável. A disseminação da RSO não está dissociada da constatação sobre o impacto positivo que tem na criação de valor financeiro e no reforço de uma estratégia de negócio de longo prazo. Contributos positivos em áreas como reputação, notoriedade, minimização de risco, envolvimento de colaboradores, relacionamento com *stakeholders*, redução de custos, eco-eficiência, têm potenciado a ampla difusão da RS, sobretudo em contexto empresarial. No entanto, os seus impactes têm-se tornado crescentemente visíveis no estímulo ao desenvolvimento de novos produtos, na reconversão de processos, gestão do negócio no longo prazo e na inovação sustentável. Razão pela qual a RSO, numa fase de maior maturidade, tem vindo a surgir integrada no *core* da estratégia empresarial e associada a novas formas de inovação sustentável.
5. Significativa também tem sido a evolução quanto à consciencialização da necessária co-responsabilização das organizações pelos impactes directos gerados no ecossistema. Ganham relevo as acções direccionadas para a minimização dos impactes (por exemplo: cálculo da pegada de água, protecção de espécies ameaçadas de extinção) e a tomada em consideração que os interesses dos *stakeholders* devem ser considerados nas estratégias de gestão. A ênfase exclusiva na criação de valor para os *shareholders* passa a ser mediada pela integração dos interesses dos *stakeholders*.